



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANDRESSA CAROLINE LOPES SANTANA**

**Reflexões sobre uma experiência de Estágio em Serviço  
Social no Projeto Axé**

Salvador  
2018

**ANDRESSA CAROLINE LOPES SANTANA**

**Reflexões sobre uma experiência de Estágio em Serviço Social no Projeto Axé**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Santana Tavares.

Salvador  
2018

**Trabalho de conclusão do curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.**

**Data: \_\_/\_\_/\_\_ Nota:\_\_\_\_\_**

**Banca Examinadora**

**Márcia Santana Tavares- Orientadora**

---

**Prof. Adjunta do Curso de Serviço Social - Doutora em Ciências Sociais pela UFBA**

**Ermildes Lima da Silva-**

---

**Prof. Substituta do Curso de Serviço Social – Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo pela UFBA**

**Liane Monteiro \_\_\_\_\_**

**Prof. Do Curso de Serviço Social – Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL**

## Agradecimentos

Durante a jornada da vida encontramos parceiras e parceiros, a fim de compartilhar os momentos, independente de qual seja o motivo, pode ser de alegria, tristeza, luta e entre outros, comigo não seria diferente nesse quesito, porém encontrei as melhores pessoas para esse compartilhamento, que contribuíram com sua amizade, conselhos, puxões de orelha e o melhor de tudo o cuidado.

Ao fim dessa graduação, a palavra mais latente que me vem à cabeça é o agradecimento. Então, agradeço a Deus por ter me dado forças para conseguir concluir esse processo acadêmico, porque foi com bastante luta que cheguei até aqui.

Agradeço, melhor agradeço muito a Lis, a qual chamo de mainha, uma mulher que esteve ao meu lado, me incentivou e ficou feliz pelas minhas vitórias, por muitas vezes se absteve para que eu pudesse ter algo e se hoje estou aqui, é porque ela sempre acreditou em mim. Agradeço ao meu irmão Lipe, meu filho emprestado, que me deu a oportunidade de entender o que é proteger uma pessoa com “unhas e dentes”, porque é assim que agimos um com o outro, estou para ver uma pessoa que tem tanto orgulho de mim como ele, sempre está comigo para me fazer sorrir com suas piadas sem graças, mas gosto mesmo assim. A minha família também tenho o que agradecer, A minha vó Deija, e as minhas tias Amélia, Amanda e Edna principalmente.

Amizade? Tenho sim, poucas, mas valiosas e claro não iria faltar aqui. Tenho amigas com personalidades totalmente diferentes, mas dessa forma aprendi a lidar com as diversidades. Gabi obrigada por sempre acreditar em mim e me dá incentivo para continuar a chegar ao meu objetivo, Jully obrigada por muitas das vezes me aconselhar, Lane obrigada por me fazer rir em momentos que a tristeza me pegou.

Ah, nessa jornada da vida também tem surpresas e a minha maior surpresa, foi à entrada dessa pessoa nessa jornada. Jackson, alguém que veio tão sutilmente e simplesmente ganhou seu espaço, obrigada por está do meu lado, por ter vindo para transbordar e se orgulhar por todas minhas conquistas.

Agradeço a minha orientadora Márcia por toda compreensão e ensinamentos, agradeço as minhas companheiras da faculdade que me acolheram e por muitas vezes me fizeram sentir bem. Agradeço, equipe da CPAE da PROAE pela experiência e acolhimento, agradeço a equipe do meu campo de estágio o Projeto Axé, por me proporcionar experiências e contribuir com a minha construção profissional.

Enfim, essa é minha equipe que lutou comigo durante esse período e estarão aqui para fechar esse ciclo. A vida é uma despedida constante do que somos agora, para o que vamos ser adiante. Avante ao novo ciclo!

“Ao fim do dia, podemos aguentar muito mais do que pensamos que podemos”.

Frida Kahlo

## **Resumo**

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de refletir sobre as experiências de estágio no âmbito do Terceiro Setor. Para tanto, traz uma retrospectiva sobre a história da Criança e Adolescente, desde a Roda de Expostos à implementação do Estatuto da Criança e Adolescente e, mais recentemente, tentativas de justificar a redução da maioridade penal, ao mesmo tempo em que busca contextualizar o surgimento das ONGS no Brasil. A redução das políticas de atenção à criança e adolescente no contexto de contrarreforma do Estado e o crescimento das organizações não governamentais servem de embasamento para a uma reflexão sobre a experiência de Estágio em Serviço Social no Projeto Axé, ONG voltada para a defesa de direitos do segmento infanto-juvenil em Salvador/BA.

**Palavras- chave:** ONGs, crianças e adolescentes; Estágio; Projeto Axé.

## **Abstract**

This work was elaborated with the objective of bringing a reflection on the internship experiences in the Third Sector. To achieve this, it presents a retrospective on the history of the youth, from the Wheel of Exposure to the implementation of the Juvenile's statute and, more recently, attempts to justify the reduction of criminal majority, at the same time that it tries to contextualize the appearance of NGOs in Brazil.

The reduction of juvenile care policies in the counter reform of the State and the growth of the non-governmental organizations may be used as arguments for a reflection on the Social Service Internship experience at Axe Project, a NGO aimed to the defense of juvenile rights in Salvador, Bahia.

Keywords: NGOs, Juvenile, Internship, Axe Project.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1. Introdução</b> .....   | 9  |
| <b>2. Historia da infância e ONGs</b> .....  | 12 |
| 2.1. A Infância no Brasil: da roda dos expostos ao Código de menores 1979 .....                                    | 12 |
| 2.2. A Infância no Brasil: A luta para criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua aplicação ..... | 16 |
| 2.3. Organizações Não Governamentais - ONGs: a história e sua intensidade na sociedade                             | 20 |
| <b>3. Conhecendo o Projeto Axé</b> .....   | 26 |
| 3.1. Como tudo começou: Apresentando o Projeto Axé .....   | 26 |
| 3.2. O Serviço Social no Projeto Axé .....   | 29 |
| 3.3. A importância do Projeto Axé para a sociedade .....   | 30 |
| <b>4. Estágio no Projeto Axé</b> .....   | 33 |
| 4.1. Início do Estágio .....   | 33 |
| 4.2. Observação: Educandos/as do Projeto Axé .....   | 33 |
| 4.3. Observação: Instituição x Estado .....  | 37 |
| 4.4. Observação: Serviço Social .....  | 39 |
| 4.5. Observação: O estágio .....   | 41 |
| <b>5. Considerações Finais</b> .....   | 45 |
| <b>6. Referências</b> .....  | 47 |
| <b>Anexos</b> .....  | 50 |

## 1. Introdução

O interesse nesse tema veio a partir da observação do meu campo de estágio curricular, o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e à Adolescente - Projeto Axé – Salvador – BA, o qual me trouxe uma grande inquietação em aprofundar o conhecimento sobre essa temática, que foi à forma como o Estado influencia as ONGs e como o Projeto Axé é impactado por essa questão. Neste trabalho vamos percorrer três capítulos em que tentaremos oferecer uma compreensão sobre a história e problemáticas identificadas no Projeto, bem como uma reflexão sobre a experiência de estágio em uma organização não governamental.

Para a realização desse estudo optamos por uma pesquisa exploratória através de artigos e livros relacionados com o tema, bem como observação participante que, segundo Gil (2008) contém a participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Dessa forma, o observador assume, pelo menos até certo limite, o papel de um membro do grupo. Onde se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

No primeiro capítulo, será abordada a história da infância no Brasil, em que abordamos desde a Roda dos Expostos, a qual foi o primeiro modelo assistencialista a chegar ao Brasil e que permaneceu por um longo período, após esse momento, em meados do século XVIII, foram surgindo mecanismos direcionados às crianças e adolescentes, teve a Escola Correccional 15 de Novembro, que tinha como objetivo educar as crianças abandonadas para promover sua ressocialização, prosseguindo com a criação do Juizado de Menores, a criação do Código de Menores de 1927, a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM) e, mais adiante, houve a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEMs), a substituição do Código de Menores de 1927 pelo Código de Menores de 1979.

Dando continuidade, será abordado o contexto para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua aplicação, em que apontamos argumentos favoráveis e contrários aos direitos garantidos pelo ECA às crianças e adolescentes e discutimos a sua eficiência perante a sociedade. Para finalizar esse capítulo, abordamos o surgimento das ONGs no Brasil, correlacionando o crescimento do

Terceiro Setor com a adoção da lógica Neoliberal, procurando refletir como isso tem interferido na dinâmica de funcionamento das ONGs atualmente.

No capítulo 2 será abordado o Projeto Axé, relatamos a história da instituição, o processo de trabalho da mesma e como se encontra atualmente. Em seguida, situamos o processo de trabalho do Serviço Social na instituição e, em seguida, comentamos a importância do Projeto Axé para a sociedade, como a instituição se tornou uma ferramenta de escapatória para as diversas formas de violência a que são submetidos seus usuários.

No capítulo 3 trazemos observações sobre a experiência de estágio na instituição, comentando desde a observação realizada ao longo do Estágio I que embasou a elaboração do projeto de intervenção, que teve como tema de abordagem a violência contra crianças e adolescentes, pois, segundo Faleiros (2008), maus tratos, violência e abandono marcaram a trajetória da infância pobre no Brasil. Através de um longo período de convivência e observação, pude detectar como a violência influencia a vida desse grupo etário atendido pelo Projeto Axé, interferindo até mesmo no seu modo de agir e conviver socialmente. Por eles (as) terem um contato contínuo com a rua e, por esse espaço expressar e ser permeado também fortemente por ações e atos de violência, esta acaba se tornando algo que faz parte do cotidiano desse segmento populacional, que diante da sua condição de vida tem a violência como algo marcante e presente. Dessa forma, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e constante contato com a rua acabam introjetando a violência como parte do seu cotidiano.

Enquanto estagiária, senti grande incômodo em relação às atitudes de reprodução da violência na relação entre os educando do projeto Axé. Diante disso, compreendi que seria realmente necessário abordar esse tema na instituição, porque boa parte das crianças e dos adolescentes não tem sequer a noção de porque agem daquela forma ou porque alguém age dessa maneira para com eles (as). Há, assim, certa “naturalização” da violência entre os mais diversos meninos e meninas que são atendidos pelo Projeto Axé, sendo que o motivo da ação violenta passa despercebido e eles/as, na maioria das vezes, nem sabem ou percebem que certas atitudes constituem um ato de violência, dada a “naturalidade” que o fenômeno adquiriu nas relações estabelecidas entre educandos e educandas, educadores e educandos e vice versa. Diante disso, foi mais do que necessário desenvolver alguma ação profissional para “quebrar” esse círculo vicioso da

violência neste espaço, que se apoia na dimensão pedagógica de Paulo Freire, e visa à transformação e à liberdade humana, rumo à emancipação humana.

Neste capítulo também abordamos impressões sobre mudanças produzidas pelo Estado que repercutiram nas ações do Projeto Axé e têm ocasionado múltiplos tensionamentos. Em seguida, refletimos sobre a experiência de estágio, descrevemos o que é estágio, comentamos a lei que o regulamenta, a sua importância e a experiência como estagiária de Serviço Social na instituição.

Finalmente, nas considerações finais trazemos uma síntese das reflexões feitas ao longo do trabalho, realçando o interesse na continuação do estudo realizado, com mais aprofundamento.

## 2. Historia da infância e ONGs

Este capítulo traz um breve histórico sobre as políticas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil, com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, bem como reflete sobre o surgimento das ONGs no Brasil, momento que consideramos oportuno para situar desde sua origem, mas também possibilitar uma compreensão da base teórica que irá fundamentar a elaboração dos demais capítulos e ajudar o leitor a compreender a dinâmica dos demais capítulos.

### 2.1. A Infância no Brasil: da Roda dos Expostos ao Código de menores 1979

No Brasil, no que se refere à violência infantil, identificam-se relatos relacionados à questão do abandono de crianças desde o tempo de colônia. Os motivos eram diversos, a saber: mulheres solteiras, que sofriam opressão e preconceitos; algumas famílias não tinham condições financeiras para criação da criança etc. Geralmente, essas crianças eram abandonadas nas ruas, florestas e rios, o que resultava no falecimento de grande parte delas.

Diante dos altos índices de abandono, adotou-se um modelo de assistencialismo utilizado para as crianças de Portugal, a Roda dos Expostos, esse programa foi nomeado assim por haver um dispositivo cilíndrico giratório, onde se colocava a criança e acionava o sino, alertando a pessoa responsável pela roda, ao mesmo tempo em que preservava o anonimato de quem depositava a criança nesse local. A primeira roda instalada foi em Salvador, em 1726, a segunda foi no Rio de Janeiro, em 1738 e, a terceira em Recife, em 1789, essas foram criadas no período colonial. Nos locais que não possuíam a Roda, as Câmaras<sup>1</sup> eram totalmente responsáveis por essas crianças, mas por muitas vezes elas eram negligenciadas<sup>2</sup>.

A Câmara de cada local era responsável pelo sustento das Rodas, porém, sempre com muita relutância, após a independência do Brasil foi aprovada a lei de 1828, nomeada como a Lei dos Municípios<sup>3</sup>, sendo transferida a responsabilidade com o sustento dessas Rodas para as Santas Casas. Mesmo assim, o abandono

---

<sup>1</sup> Local em que se situa o órgão deliberativo e legislativo da administração de uma cidade

<sup>2</sup> A negligência ocorria porque a Câmara não assumia responsabilidades pelas crianças abandonadas. Dessa forma, muitas delas acabavam falecendo.

<sup>3</sup> Essa lei eximia a Câmara da obrigação de sustento das rodas, essa responsabilidade sendo transferida para as Santas Casas da Misericórdia.

crescia. Dessa forma, foram criadas mais 10 Rodas dos expostos para tentar atender a demanda. Segundo Marcilio (2006), foi criada uma no início do Império (São Paulo) e as outras foram criadas no rastro da Lei dos municípios, em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), Cachoeira (BA), Olinda (PE), Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT).

Apesar de ser o sistema mais duradouro<sup>4</sup> no amparo às crianças abandonadas no Brasil, foi identificado que ele não supria a demanda do abandono, em virtude da dinâmica institucional. Segundo Marcilio (2006), a criança até os 03 anos ficava com ama de leite, porém, tinha algumas que permaneciam até os 07 anos, caso não quisessem continuar com essas crianças, elas retornavam às Santas Casas, mas as mesmas não tinham condições de acolhê-las, então muitas retornavam às ruas, algumas adotando como alternativa de sobrevivência a realização de pequenos furtos e prostituição.

Por esse e outros motivos, como por exemplo, perecimento e doenças, a Roda dos Expostos foi se extinguindo. Conforme explica Venâncio (1999):

Criada no Brasil Colônia e consolidada no período imperial, a Roda dos Expostos iniciou o seu declínio com o término do sistema escravocrata. As Casas da Roda foram definitivamente extintas no ano de 1934, em Salvador, e, posteriormente, em 1938, no Rio de Janeiro (VENÂNCIO, 1999, p. 170).

A partir dessa situação as instituições transitaram de caridade para filantropia. No meio Jurista, a preocupação com essas crianças abandonadas foi aguçada, não para a questão de amparo, mas para a punição, então, no século XX, o termo “menor” foi inserido no vocabulário para denominar crianças e adolescentes que estavam à margem da sociedade. De acordo com Martins (2016),

[...] o termo ‘menor’ foi utilizado como sinônimo de criança e adolescente com a finalidade apenas de demarcar a idade das responsabilidades civis. Em meados do século XIX, a distinção entre o termo ‘criança’ e o termo ‘menor’ estava associada à condição sócio-econômica da criança. Neste sentido o termo ‘criança’ era empregado aos filhos da elite e aos que habitavam com seus pais. Já o termo ‘menor’ era utilizado para a criança pobre e órfã. (MARTINS, 2016, p. 138)

---

<sup>4</sup> Perdurou do período Colonial até a República.

Diante desse cenário, a Escola 15 de Novembro, criada em 1899<sup>5</sup>, sofre alteração no seu nome para Escola Correccional 15 de Novembro, com o objetivo de educar e adequar à sociedade os meninos de 14 a 18 anos, que estavam na rua, mas não tinha sanção penal. Nesse momento, segundo Rizzini (1997), o termo criança adquire um caráter dual, pode se tornar útil ou perigoso à sociedade, de acordo com a educação e meio onde a criança se encontra vivendo. Logo após, o nome da escola foi alterado mais duas vezes, substituiu-se o termo correccional por premunitória<sup>6</sup> para, mais adiante, a expressão premunitória ser também excluída.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, cujo objetivo era o atendimento das crianças e adolescentes recolhidos das ruas. Em 1927, foi criado o Código de Menores, conhecido como Código Mello Mattos, possui esse nome por causa do seu idealizador, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos<sup>7</sup>, foi o primeiro documento legal para crianças e adolescentes. De acordo com Lorenzi (2008),

O Código de Menores visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinqüência e liberdade vigiada. O Código de Menores revestia a figura do juiz de grande poder, sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz. (LORENZI, 2008)<sup>8</sup>

O Código de Menores de 1927 não era para todas as crianças, somente para os “menores” que estavam fora do padrão estabelecido pela sociedade, como por exemplo, aqueles que estavam nas ruas e/ou cometendo pequenos delitos.

O Decreto N° 3.779, de 05 de Novembro de 1941, criou o Serviço de Assistência a Menores (SAM), que como expõe Lorenzi (2008), consistia em um órgão do Ministério da Justiça cuja atuação correspondia a um sistema Penitenciário para a população menor de idade, com orientação dotada de caráter correccional-repressivo. Cerca de 15 a 20 anos depois, o SAM começou a ter sua atuação questionada, pelo fato de oferecer um tratamento desumanizante e repressivo. Conforme analisam Rizzini e Rizzini (2004, p. 34): *“No imaginário popular o SAM*

<sup>5</sup> Fundada pelo Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Dr. João Silvado.

<sup>6</sup> Insere-se a palavra premunitória por considerar a escola como instrumento que evitava os meninos de se corromperem.

<sup>7</sup> O primeiro Juiz de Menores da América Latina foi o Deputado Federal e Diretor do Instituto Benjamim Constant.

<sup>8</sup> Texto **“Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil-14251>>. Acesso em: 26 mai. 2017

*acabava por se transformar em uma instituição para prisão de menores transviados e em uma escola de crime”.*

Em 1964, o Brasil se encontra sob-regime ditatorial, quando é extinto o SAM e, logo após é aprovada a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM). A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEMs) eram órgãos responsáveis por criar e implementar a PNBEM. De acordo com Becher (2011)

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi criada pela Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964 como uma entidade autônoma, administrativa e financeiramente, com jurisdição em todo o território nacional, incorporando as atribuições e o patrimônio do antigo Serviço de Assistência a Menores (SAM). Seu objetivo maior seria formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), realizando estudos sobre o problema dos ‘menores’ e planejando soluções; propiciando formação, treinamento e aperfeiçoamento de técnicos; fornecendo assistência, orientando, coordenando e fiscalizando as entidades (públicas e privadas) que executassem suas políticas através de convênios e contratos; e, também, mobilizando a opinião pública ‘no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor’. (BECHER, 2011, p. 10)

A FEBEM era um órgão estadual da FUNABEM, tinha como preceitos seguir normas e diretrizes estabelecidas pela Instituição Federal. Porém, mesmo tendo que seguir essa direção, as FEBEMs se tornaram instituições onde eram recolhidas as crianças e adolescentes que ameaçavam a “ordem social”, que se caracterizaram pela superlotação e tratamento desumanizado.

A questão do confinamento das crianças e adolescentes consideradas com “delinquentes” não era uma novidade. Segundo Martins (2016) institucionalizar e confinar crianças em situação socioeconômica vulnerável funcionou como depósito e não combatia as desigualdades sociais, mas sim visava mostrar a submissão, dominação e disciplinar a população. Após a aprovação da PNBEM, cria-se o novo Código de Menores, Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979. Segundo Lorenzi (2008)<sup>9</sup>,

O Código de Menores de 1979 constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 27, não rompendo, no entanto, com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil. Esta lei introduziu o conceito de ‘menor em situação irregular’, que reunia o conjunto de meninos e meninas que estavam dentro do que alguns autores denominam infância em ‘perigo’ e infância ‘perigosa’. Esta

<sup>9</sup> Texto divulgado “**Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil-14251>>. Acesso em: 26 mai. 2017

população era colocada como objeto potencial da administração da Justiça de Menores. (LORENZI, 2008)

Em 1980, com a abertura da democratização, articulam-se movimentos com interesse de colocar em pauta os direitos da criança e adolescente e, assim, é constituído o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

## 2.2. A Infância no Brasil: A luta para criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua aplicação

O contexto no qual o ECA foi planejado e criado era marcadamente de luta, no qual os movimentos sociais contribuíram demasiado para o processo de redemocratização do país. Ao refletir sobre o final da década de 1980, no Brasil, Zanirato (2001) esclarece que:

Após vinte anos de ditadura militar, o Brasil passou a viver uma abertura política. A censura foi aos poucos se relaxando, surgiram novos partidos políticos, os movimentos sociais se reorganizaram, os sindicatos se fortaleceram e as demandas populares ganharam o cenário político. As aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária foram canalizadas para a Assembléia Nacional Constituinte, convocada em 1986 para elaborar a nova Constituição do país. (ZANIRATO, 2001 p.47)

Houve então a Assembleia Constituinte em 1986, para discutir a redação e aprovação da Constituição Federal de 1988, nas pautas da Infância e Juventude existiram duas campanhas, conforme Domingues foram as seguintes:

‘Criança e Constituinte’ (Setembro/86) e ‘Criança-Prioridade Nacional’ (Junho/87). A primeira foi realizada por iniciativa do Ministério da Educação, atraindo outros setores governamentais e segmentos da sociedade civil voltados para o atendimento da Criança/Adolescente, enquanto a segunda, foi uma mobilização nacional para coleta de assinaturas, visando aprovação da emenda popular que levava o mesmo nome da campanha (DOMINGUES, s/d, p. 4)

A Constituição Federal, ao ser promulgada, estabelece no Artigo 227, direcionado à Criança e Adolescente, que:

**Art. 227** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, 1988)

O Art. 227 se tornou um dispositivo legal para a implementação do ECA. Como mencionado anteriormente, os movimentos sociais contribuíram fortemente com a construção do ECA, vale salientar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Frente Nacional de Defesa da Criança e Adolescente e a Pastoral do Menor. No período em questão, havia um grande embate, de um lado, os “Estatutários”, os que viam a Criança e o Adolescente como sujeitos de Direito, então, apoiavam o ECA e, do outro lado, os “Menoristas”, que defendiam o Código de Menores porque entendiam que foi a alternativa de solução na época em que foi sancionado.

Após os entraves, o ECA foi regulamentado através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rizzini (2015) esclarece que:

O Estatuto é considerado um documento fundador no Brasil de um novo olhar sobre a população infantil e adolescente. Esta lei, aprovada em meio a intensos debates sobre liberdade, democracia e Direitos Humanos, revolucionou percepções e práticas relativas às crianças e aos adolescentes. O Estatuto marca uma importante mudança de paradigma, vindo a refutar antigas concepções de infância e adolescência associadas à passividade, ou à imagem da criança como alguém que ‘um dia será’ um sujeito. (RIZZINI, 2015, p.4)

Dessa forma, o ECA revoga o Código de Menores de 1979 e a PNBEM, a FUNABEM é substituída pela Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA). O ECA segue a Doutrina da Proteção Integral, em que o interesse da criança é mais importante que qualquer interesse da sociedade, garantindo todos os seus direitos, o Estatuto possibilita uma abertura nos direitos da criança e do adolescente, que se tornam desde então sujeitos de direitos. Conforme ressaltam Pessanha e Avanzi (2017),

Nessa perspectiva, cabe salientar que o Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com paradigmas que estigmatizavam as crianças e os adolescentes adivindos de famílias pobres, uma vez que esses eram considerados em ‘situação irregular’, sendo denominados de ‘menores’, e então, submetidos à tutela e medidas judiciais por parte do Estado, passando a adotar concepções e práticas pedagógicas até então nunca abarcadas por nenhuma legislação brasileira, concebendo-os enquanto ‘sujeitos de direitos’, respeitando sua ‘condição peculiar de desenvolvimento’, tudo isso devido à prioridade absoluta. (PESSANHA; AVANZI, 2017 p. 8)

No Eca foi inserida uma gama de direitos, como por exemplo, direito à vida, saúde e educação, com isso, coloca-se em pauta que essas crianças e adolescentes têm um amparo legal, independente da sua situação. Os avanços mais notórios registrados com a promulgação do Eca. De acordo com Rocha (2016):

A elaboração do Estatuto pautou-se pelos princípios, contidos na Constituição de 1988, da descentralização político-administrativa e da participação popular na gestão. Define que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, definindo diretrizes inovadoras, tais como: (i) Municipalização do atendimento; (ii) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, com a participação popular paritária por meio de organizações representativas; (iii) Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; (iv) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (v) Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional e do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional e (vi) Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (ROCHA, 2016, p. 10)

No período entre 1993 e 1995 houve outros avanços importantes, foram instituídos o CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, nessa fase o país parecia estar saindo finalmente de um atraso secular em relação às políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social. Ao FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social caberia prover as políticas públicas de assistência à população de baixa renda, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Pode-se também citar entre os avanços a atenção à saúde, uma vez que a mortalidade infantil diminuiu consideravelmente. De acordo com os dados do Ministério Saúde de 1990 até 2012 a taxa de mortalidade infantil diminuiu em 68,4. A educação é também inserida nesse contexto de avanços. Rocha (2016) revela que:

Em 2014, a percentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculados no ensino fundamental era de 97,5%, quando em 1992 essa taxa era de 81,4% (PNAD 2014)<sup>10</sup>. Outro avanço importante diz respeito à quase universalização da alfabetização entre jovens de 15 a 17 anos, ao se atingir 99,1% dessa faixa etária. Nos últimos 25 anos, o Brasil também apresentou expressiva queda na taxa média de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 18 anos de idade. A taxa de analfabetismo era de 12,5% em 1990 e, em 2013, era de apenas 1,4%. De acordo com o Unicef, a queda foi ainda maior entre os adolescentes negros, com redução de 17,8% para 1,5%, e pardos, caindo de 19,4% para 1,7% no mesmo período. (ROCHA, 2016, p. 11)

Apesar do aparente avanço após o ECA, há algumas críticas negativas a esse instrumento, uma delas é que ainda existe a bagagem dos Códigos de Menores, setores da sociedade consideram que o estatuto não possibilita a punição das crianças e dos adolescentes que se encontram “fora do padrão”, por esse motivo defendem incansavelmente a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. Conforme Moura (2015) explica:

Diante da criminalidade, em que por vezes, os adolescentes estão envolvidos, a sociedade busca encontrar uma solução para tal problemática utilizando o argumento de que reduzir a maioridade penal representa a forma de combater as diversas violências que assolam a sociedade, promovendo a segurança pública. Percebemos, assim, um forte apelo de alguns setores da sociedade para que os adolescentes que cometem atos infracionais sejam punidos de forma mais severa, pois na visão destes segmentos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei branda que promove a impunidade do adolescente autor de ato infracional. (MOURA, 2015, p. 02)

Dessa forma, observa-se que se repete a mesma trajetória da década de 1920 à década de 1970, em que a criança e o adolescente que ameaçavam a “ordem social” eram criminalizadas e institucionalizadas, negando-se assim todos os seus direitos perante o estado.

Segundo Blume (2015), os defensores da redução da maioridade penal têm entre seus argumentos: 1) Devido aos adolescentes não serem inseridos no sistema prisional, eles ficam mais “livres” para cometer atos infracionais; 2) a partir dos 16 anos eles já têm discernimento, por esse motivo podem responder pelos seus atos; 3) a redução pode diminuir o recrutamento desses adolescentes para o tráfico de substâncias ilícitas. Para quem é contra a redução da maioridade penal

---

<sup>10</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros

alguns dos argumentos mais recorrentes são os seguintes: 1) O sistema prisional não está apto para receber esses adolescentes, dificultando assim a sua reinserção na sociedade; 2) Punir não é uma alternativa para o crescimento desses adolescentes e sim, o melhor é educar; 3) As crianças e adolescentes ainda têm seu desenvolvimento psicológico completo, então há uma grande diferenciação entre eles e pessoas adultas.

Cabe destacar que a mídia tem um forte papel nesse tema, pois todos os dias em seus programas de cunho “criminalista” reforça que é necessária a diminuição da maioridade penal, apresentando-a como a solução para conter a violência na sociedade.

Outra crítica diz respeito, segundo Bazílio (2003), à falta de aplicação de verba pelo Governo Federal, em outras palavras, a esfera federal se omite e transfere a responsabilidade total para os municípios no tocante ao atendimento dos direitos das crianças e adolescentes. Rocha (2016) analisa que:

Entre as dificuldades, destacam-se, em primeiro lugar, a ausência de recursos e meios necessários para o desenvolvimento de ações e políticas públicas capazes de implementar os direitos previstos no Estatuto, que tem como lema priorizar a criança em todas as áreas, o que significa, sobretudo, prioridade nos gastos públicos da União, dos estados e dos municípios. (Rocha, 2016, p.14)

O investimento em ações para as crianças e adolescentes é reduzido pelo Estado que, sob a orientação Neoliberal, passa a se eximir dessa responsabilidade, que transfere para as organizações da sociedade civil.

### 2.3. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGs: a história e sua intensidade na sociedade

A palavra ONG surgiu em 1940 sendo utilizada pela Organização das Ações Unidas – ONU para as instituições que executavam projetos com cunho humanitários ou com atenção ao interesse público, porém com a tramitação da história sobre as ONGs esse significado foi alterado.

Entre a década de 1940 e meados de 1980 na América Latina, havia fortes grupos de movimentos sociais que lutavam pelos direitos da sociedade. Os países eram divididos em desenvolvidos e subdesenvolvidos, por causa da desigualdade resultante do capitalismo, os países subdesenvolvidos eram

dependentes dos desenvolvidos e, para amenizar essa situação, foi implantado o plano de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o objetivo desse plano era fazer que a parte desenvolvida cooperasse financeiramente e tecnicamente para o desenvolvimento da parte subdesenvolvida. Conforme explica Machado (2012):

Em vista disso, para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado 'Terceiro Mundo'. (MACHADO, 2012, p. 3489)

Porém, surgiu a necessidade de ter um parceiro local, capaz de formular projetos, executá-los e prestar contas, pois se detectou que os movimentos sociais não tinham perfil para desempenhar tais funcionalidades, mesmo contribuindo fortemente para a idealização desse plano. Como a estabilidade institucional era primordial naquele momento, se deu a origem às ONG's que, segundo Montañó (2015), serviram como uma via de intermediação entre o plano da Cooperação Internacional e os movimentos sociais, as ONGs recebiam os recursos da Cooperação Internacional que, financiava os seus projetos de ação, cujos objetivos eram importados das demandas dos Movimentos Sociais.

Com a Cooperação os países subdesenvolvidos conseguiram caminhar para um desenvolvimento palatável, salienta Machado (2012):

Diante desse contexto, as Organizações Não-Governamentais continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema. Com isso, apaziguavam-se os conflitos sociais e evitavam-se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade, o socialismo. (MACHADO, 2012, p. 3490)

Cabe registrar que as primeiras ONGs no Brasil surgiram no período da Ditadura Militar<sup>11</sup>, após 1970, as ONGs, além de terem o apoio internacional advindo da Cooperação Internacional, também receberam grande apoio da Igreja Católica, especificamente do conceito progressista, esse apoio ocorria através da teoria da

---

<sup>11</sup> Período onde o Brasil sofre o Golpe Militar em 1964 e é governado pelo militarismo até 1985.

Teologia da Libertação<sup>12</sup> e da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. No Brasil, as instituições que se implantaram nesse período não se denominavam como ONGs, mas a partir da década de 1980 elas passaram aos poucos a se autodenominar assim. Dessa forma, existiam as ONGs que assessoravam os Movimentos Sociais, que tinham como objetivo se opor às injustiças sociais e aquelas que tinham, conforme Machado (2012),

[...] intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, seja amenizando os problemas sociais a partir de uma perspectiva assistencialista e altruísta, seja prestando serviços de utilidade pública. (MACHADO, 2012, p. 3492)

Após o fim da Ditadura Militar no Brasil, houve a abertura para redemocratização, nesse mesma conjuntura as instituições se popularizam, porém, fatores externos iriam influenciar no financiamento das ONGs, a crise do capitalismo forçou que os países desenvolvidos retirassem a atenção da Cooperação Internacional, voltando os “olhos” para países que estavam em alto desenvolvimento no mercado, passando a realizar investimentos nos mesmos.

A crise do capitalismo e a retirada dos países desenvolvidos da Cooperação forçaram que o financiamento fosse realizado pelo país, transferindo essa responsabilidade para o Estado. Diante desse contexto, houve impasses dentro do Brasil sobre quem assumiria essa responsabilidade, decidindo-se transferir da esfera Federal para a Estadual e Municipal. Dessa forma, com o enfraquecimento dos Movimentos Sociais e da Cooperação, as ONGs têm como sua única alternativa estruturar laços com o Estado e o mercado. Conforme Gohn (s/d):

Na segunda metade dos anos 90, a conjuntura econômica alterou ainda mais a dinâmica dos movimentos sociais em geral, e dos populares em particular, assim como das ONGs que repensaram seus planos, planejamentos de ação, estratégias e forma de atuar, elaboração de planejamentos estratégicos etc. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades etc. Os novos tempos, de desemprego e aumento da violência urbana, assim como o crescimento de redes de poder paralelos nas regiões pobres,

---

<sup>12</sup> A *Teologia da Libertação* nasceu na década de 1970 e, segundo Mondin (1980, p. 25) significa “um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora”. A libertação a que se refere é a libertação dos oprimidos e, por isso, a corrente marxista foi tomada como instrumental predominante. Não obstante, a fé em Deus permaneceu o sentido último da teologia.

ligada ao narcotráfico de drogas e outros, também colaboraram, e muito, para desmotivar a população necessitada para participar de reuniões ou outras atividades dos movimentos e aderirem aos programas e projetos das ONGs. Um grande número de projetos sociais passa a ser patrocinado por empresas e bancos, dentro de programas de responsabilidade social, no âmbito da cidadania corporativa. (GOHN, s/d, p. 244)

Segundo Machado (2012) as ONGs se popularizaram, ganhando mais força mundial na década seguinte, após a ECO-92<sup>13</sup>, onde houve o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, que obteve uma grande visibilidade na mídia, proporcionando entender a complexidade e diversidade do Universo das ONGs.

Após esse grandioso evento realizado no Brasil, se aproximava da esfera Federal Brasileira a política Neoliberal<sup>14</sup>. Essa política trouxe mudanças significativas para o funcionamento das instituições não governamentais. O Neoliberalismo prevê a intervenção mínima do Estado, principalmente nas áreas sociais, dessa forma, fica determinado que a Sociedade Civil irá cumprir esse papel, o Estado poderá até financiar, porém, não terá responsabilidade em atuar, porque compreende que as ONGs atendem as demandas da sociedade. As empresas privadas irão contribuir com o financiamento, mostrando ter uma “responsabilidade social”, mas em troca receberão redução nos impostos, assim segue até a conjuntura atual.

Diante desse percurso histórico, fica a dúvida, onde as ONGs estão situadas na sociedade? É o que tentarei responder a seguir. A sociedade é dividida em três esferas: o Primeiro Setor que é o Estado, o Segundo Setor que é o Mercado e o Terceiro Setor corresponde à Sociedade Civil (não estatal), mas esse setor não se resume somente a essa especificação, Segundo Montaño (2015), envolve organizações não governamentais e organizações não-lucrativas, atividades filantrópicas, ações solidárias, ações voluntárias e atividades pontuais e informais. As ONG's estão situadas no Terceiro Setor e, segundo explica Gohn (S/D):

As ONGs são a face a mais visível do Terceiro Setor, mas elas são apenas uma das frentes de ações coletivas que o compõe. E as próprias ONGs são também muito diferentes entre si, quanto aos seus objetivos, projetos, formas de atuação e ação coletiva, paradigmas e estilo de participação que adotam; e, fundamentalmente, pressupostos político-ideológicos que

<sup>13</sup> Foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Também conhecida como Cúpula da Terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época. (MENEGHETTI, 2016). Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/o-que-foi-a-eco-92/>.

<sup>14</sup> Doutrina que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

alicerçam suas práticas (tanto as discursivas e como as ações concretas). GOHN (s/d, p. 244)

Para a sociedade, as ONGs vieram para suprir a falta que o Estado proporciona, possibilitando assim o acesso a serviços aos quais muitos não têm acesso, respondendo às demandas imediatas da sociedade, conforme Gouveia (2007);

O conjunto de instituições identificadas como ONGs abarca desde santas casas até fundações que apoiam causas de naturezas diversas (meio ambiente, cultura, profissionalização etc) e atingem públicos variados (como crianças, adolescentes em situação de risco, pacientes de doenças incuráveis ou idosos). Muitas vezes, situam-se no limiar de ações características de voluntariado ou, mais profissionais, cumprem papel fundamental em áreas não alcançadas por uma instituição pública. (Gouveia, 2007, p. 6)

Algumas ONGs conseguem até ser caracterizada como uma “mudança de vida”, porque algumas ONGs que nasceram assessorando os movimentos sociais seguem uma perspectiva apoiada em Paulo Freire<sup>15</sup>, e têm como pilar a Educação Popular, interferindo diretamente na visão e opinião das pessoas que atendem, ao promoverem uma educação crítica, seguindo um cunho emancipatório. Todavia, conforme Alencar (2009);

Neste cenário de redefinição do papel do Estado, observa-se a transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Na verdade, está-se diante da desresponsabilização do Estado e do Capital com as respostas da ‘questão social’. Este deslocamento engendra o retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais. (ALENCAR, 2009, p. 07)

Na mesma linha de pensamento, Montaño (2008) argumenta que o chamado “terceiro setor” surge como uma nova modalidade de trato à questão social, dotada de objetivos político-ideológicos: a) eliminar o direito universal do cidadão; 2) desmobilizar politicamente a população excluída, mascarando o processo de desmonte de direitos sociais e, desse modo, minando a resistência da classe trabalhadora; e 3) fabricar uma cultura de autoculpabilização e

---

<sup>15</sup> Paulo Reglus Neves Freire (1921 - 1997), conhecido como Paulo Freire, foi um educador brasileiro.

individualização, que fortalece e confere naturalização ao solidarismo social e à remercantilização no trato da questão social. Como complementa o IPEA (2011):

‘Surgindo’ em um contexto de desmonte dos direitos sociais, o pensamento neoliberal justifica – por meio do discurso da ‘solidariedade social’ – a expansão do terceiro setor como resposta alternativa no trato da questão social. Perpassado por interesses classistas, o aumento de instituições que integram o rol desta suposta esfera, oscila entre o interesse de grandes capitalistas, que buscam através do desenvolvimento da filantropia empresarial, entre outras coisas, difundir uma boa imagem, na sociedade, de suas instituições, passando pelas ONGs que surgem atreladas aos movimentos sociais as quais possuem, por assim dizer, um espírito mais revolucionário, sendo mencionadas, inclusive, instituições como seitas religiosas. (IPEA, 2011, p. 1)

Então, compreende-se que, seguindo essa vertente Neoliberal, o Estado consegue se eximir das suas responsabilidades, transferindo as mesmas para a Sociedade Civil que deve responder às suas próprias demandas, assumindo um cunho imediatista.

### 3. Conhecendo o Projeto Axé

Após uma breve retrospectiva sobre as políticas para crianças e adolescentes e surgimento das ONGs no Brasil, neste capítulo discutiremos o processo produzido pelo surgimento das ONGs no atendimento ao segmento infanto-juvenil, a partir do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente - Projeto Axé, de modo a ilustrar o objetivo dessa instituição, suas demandas e significação na sociedade baiana.

#### 3.1. Como tudo começou: Apresentando o Projeto Axé

Iremos retornar brevemente a 1990, quando o ECA estava pronto para ser regulamentado, na efervescência e luta política para pautar os direitos da criança e adolescente, nasce o Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, em 01 de junho de 1990, tendo como seu fundador e atual presidente Cesare de Florio La Rocca, com apoio da *Terra Nuova*, organização não governamental italiana, juntamente com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. De acordo com Ferreira (2000):

O Projeto Axé surge em 1990, em um momento de redemocratização da sociedade brasileira, como um dos herdeiros das lutas que culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente. Seus princípios básicos e conceitos fundamentais são uma espécie de herança genética de todo esse movimento pela afirmação dos direitos e da cidadania das crianças e adolescentes brasileiros. (FERREIRA, 2000, p. 25)

A instituição tem como base teórica a pedagogia social do autor Paulo Freire, as concepções psicanalíticas de Sigmund Freud<sup>16</sup> e Lacan<sup>17</sup>. Através da base teórica desses autores, estudos são realizados e, nasce, então, a proposta e práxis pedagógica do Projeto Axé, intitulada de “Pedagogia do Desejo”. De acordo com Rocca (2000, p. 13): “[...] No Axé, a criança repousa sobre um tríplice fundamento: ela é sujeito de direito; sujeito de conhecimento; sujeito de desejo”. Essa concepção encontra amparo no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que

---

<sup>16</sup> Sigismund Schlomo Freud (1856-1939) Foi um médico, psicólogo austríaco e fundou a Psicanálise.

<sup>17</sup> Jacques-Marie Émile Lacan (1901 - 1981) foi um psicanalista francês.

diferentemente dos códigos anteriores, concebe esse grupo etário como sujeito de direitos e que deve receber proteção social.

A sede do Projeto Axé fica no Centro Histórico de Salvador, essa localização serviu fortemente para sua atuação naquele período, pelo fato que havia grande concentração de crianças e adolescentes em situação de rua naquele lugar, e a instituição atendia a esse público que, muitas vezes ia para a rua a fim de conseguir recursos para sua família ou impelido por conflitos familiares. Ali permaneciam e tornava a rua sua morada.

A entrada das crianças e adolescentes no Projeto era realizada por intermédio do setor da instituição chamado de Educação de Rua, em que os Educadores realizavam o resgate dos que perambulavam nas ruas e manifestavam o desejo de ingressar no Projeto Axé. Cabe destacar que existe um processo de preparação para entrada da criança e/ou adolescente na instituição, há muitas conversas onde se explica o objetivo, os direitos e serviços oferecidos pelo Axé.

Com o passar do tempo, o público alvo da instituição foi se modificando, essas crianças e adolescentes já não se concentravam no centro histórico, verificou-se então que a conjuntura havia se alterado, eles permaneciam na sua comunidade, muitos eram recrutados pelo tráfico de substâncias psicoativas ilícitas e outras vertentes, então eles não precisavam se deslocar para o centro pelo fato de conseguirem o seu sustento no próprio bairro. Então, o projeto sentiu a necessidade de atender a esse público também.

A instituição acolhe um perfil de crianças, adolescentes e jovens que estão em risco na comunidade em que vivem uns que residem em instituições de acolhimento<sup>18</sup> do Estado (abrigos), outros que estão em condição total de situação de rua ou em maior parte do seu período em contato com ela. Conforme Bravin (2014):

O espaço da rua é ocupado por sujeitos que em muitos casos são rejeitados e estão mutilados em seus direitos e sonhos. Essa condição aprisiona crianças e jovens numa falsa sensação de liberdade que os impede de enxergar a cidadania. Na rua o público infanto-juvenil experimenta liberdade sem limites e a responsabilidade de se manter. (BRAVIN, 2014, p. 81)

---

<sup>18</sup> São lugares que acolhem pessoas que estão em situação de rua, risco ou sem reesponsáveis, dessa forma o local se torna o lar dessas pessoas, pode haver um período para sua estadia, sendo permanente ou apenas para passar as noites.

Cabe salientar que entre as crianças e adolescentes atendidas há educandos/as que utilizam substâncias psicoativas ilícitas, cumprem medidas socioeducativas, mas para os que se encontram institucionalizados, o motivo mais corriqueiro é por causa da violência, uns porque são ameaçados na comunidade onde vivem, devido à dívida financeira com o tráfico, por denunciarem algo ou porque furtaram alguém no bairro, outros por violência e negligência no seio familiar, mas também porque a família não teve condições de permanecer com a criança por falta de condição financeira ou ainda porque tendo perdido os pais e sem familiares, moram sozinhos em Salvador.

Inicialmente, o projeto atendia a partir de 04 anos de idade, na unidade Canteiro dos Desejos, porém, em 2009, com risco de desabamento, pois ela se localizava em um Casarão na Conceição da Praia <sup>19</sup>, onde após fortes chuvas sua utilização se tornou inviável. Com o fechamento do Canteiro dos Desejos, permaneceu apenas o atendimento a partir dos 08 anos, que já era realizado na Unidade do Pelourinho.

Atualmente, a instituição atende crianças de 08 anos até jovens de 24 anos. Além da sede, possui 04 unidades onde os educandos (as) realizam as atividades oferecidas pela instituição: uma unidade localizada no Pelourinho, na Rua das Laranjeiras n 09 e a outra na Baixa dos Sapateiros, na Avenida José Joaquim Seabra – Barroquinha. As outras duas unidades oferecem acolhimento eventual, são o Estúdio, também localizado no Pelourinho e o Axé Buzu, que é itinerante e, atende em torno de 400 crianças, adolescentes e jovens.

Na Unidade do Pelourinho, o educando (a) escolhe uma atividade para participar: Música, Artes Visuais, Moda Pedagógica e Grupo Infantil. Na Unidade Augusto Omolu, o educando é inserido nas três atividades propostas, Dança, Capoeira e Percussão, mas se tiver entre 08 a 11 anos é inserido também no Grupo Infantil.

Por ser uma ONG, o Projeto Axé recebe donativos e celebra convênios no âmbito nacional e internacional, que garantem a sua manutenção: No Brasil, com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, UNESCO – Criança Esperança e, de outros países, com a Globalgiving – FORD, na Áustria são

---

<sup>19</sup> Lugar localizado no bairro do Comercio em Salvador - BA

LUTZ, DKA, MIVA, Estado Alta, Firma Huebler e, na Itália, com a Conferenza Episcopale Italiana – CEI e a Tavola Valdese.

### 3.2. O Serviço Social no Projeto Axé

O Serviço Social integra a Gerência de Ações de Fortalecimento da Família, Juventude e Comunidade, tem como função intervir durante a entrada da criança e adolescente no Projeto Axé, acompanhar a situação socioeconômica e familiar do educando e familiares, sempre visando sua inserção e rendimento no âmbito familiar, escolar e em sociedade. Sua atuação está articulada à Política de Assistência<sup>20</sup>, utiliza como embasamento o ECA e, a partir daí, procura identificar as necessidades dos usuários.

O surgimento do Serviço Social na instituição não tem uma data precisa, porque ocorreu de acordo com o tempo e as demandas que surgiram, como por exemplo, atender o público que vinham por demanda espontânea dos bairros, percebendo-se que o Assistente Social seria um profissional capacitado para atender essas demandas. A necessidade desse profissional na instituição que mais se destaca é a questão de o público alvo vivenciar situações em que os vínculos familiares estariam rompidos, um dos objetivos do Projeto Axé é que se fortaleçam esses vínculos familiares para que assim o educando consiga dar uma continuidade na sua vida social, escolar etc.

A Demanda Espontânea ocorre quando o responsável pela criança e adolescente ou abrigos entram em contato com o Projeto Axé, manifestando o desejo de entrada do (a) mesmo (a), a partir daí é agendado o 1º atendimento, no horário oposto do turno da escola e a criança ou adolescente comparece com o responsável, munidos de sua documentação de identificação e atestado de frequência da escola. Nesse 1º atendimento a Assistente Social e o (a) estagiário (a) realizam uma escuta com a criança e adolescente, em que se procura saber sobre a situação socioeconômica, familiar, escolar, qual a situação de contato com a rua, e a motivação de entrada no Projeto Axé, anota-se tudo e faz um breve resumo.

---

<sup>20</sup> Segundo PNAS (2004), É uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

Logo após esse 1º atendimento, é feita uma análise da escuta realizada, e marcado o Acompanhamento Familiar, quando a Assistente Social e o (a) estagiário (a) se deslocam até o local de moradia da criança ou adolescente, para conhecer o bairro, a residência e realizar uma nova escuta, desta feita, realizada com a criança e adolescente e a família. Depois desse 2º atendimento é elaborado um relatório mais detalhado e encaminhado para o setor de Arteducação<sup>21</sup> para realizar a aprovação ou não de seu ingresso no Projeto. Quando a criança e o adolescente são encaminhados pelos abrigos através de Demanda Espontânea, o 1º atendimento é realizado normalmente, porém, no 2º atendimento o acompanhamento é realizado no abrigo com o (a) candidato (a) e o responsável pelo abrigo.

O Serviço Social realiza o acompanhamento do educando, quando é encaminhada alguma demanda do Conselho Tutelar, caso o educando exponha dificuldades no âmbito familiar, social ou escolar, ou quando se recebe denúncias externas ou internas de casos que estejam afetando, negando direitos ou relativos ao comportamento da criança e adolescente. Além dessas demandas já postas, quando em alguns momentos as profissionais se defrontam com situações que vão além do imediatismo, faz-se necessário avaliar todo o processo histórico social e de vida do educando para que se chegue à “raiz da questão”. Através desse processo são identificadas outras necessidades, além daquelas aparentes. De acordo com o que foi apresentado, percebe-se que se utiliza como instrumentos a escuta, acompanhamento e relatórios.

### 3.3. A importância do Projeto Axé para a sociedade

O Projeto Axé tem 27 anos de existência, durante esse percurso conseguiu conquistar um espaço significativo na sociedade, é reconhecido internacionalmente, com muitos prêmios, como por exemplo, recebeu do Senado Federal reconhecimento pela sua contribuição na defesa dos direitos humanos no Brasil em 2015 e se tornou exemplo para muitas ONGs que surgiram e que surgem atualmente, em resumo, se tornou uma inspiração.

---

<sup>21</sup> Como se denominam as atividades realizadas pelo Projeto.

Cabe ressaltar que a instituição surge em um contexto em que a luta pelos direitos era latente, face à perspectiva de garantir os direitos regulamentados no Eca. Paralelamente, a receita neoliberal adotada para reestruturação do capital durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, anunciava a contrarreforma do Estado e o controle dos gastos sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2006), em que o Terceiro Setor passa a assumir a execução de programas sociais, cabendo ao Estado administrar os convênios celebrados com a “parceria” estabelecida. Conforme o IPEA (2011)

[...] constata-se que tais mudanças no cenário social não repercutem apenas na categoria profissional dos(as) assistentes sociais, mas demonstra a consolidação de um projeto societal que ao redimensionar as formas de responder as expressões da questão social – passando a mesma a ser respondida por meio da (re)mercantilização e (re)filantropização – suprime a noção de direito social, o que se configura como grande perda para a classe trabalhadora. (IPEA, 2011, p. 11)

Na conjuntura atual, marcada por uma forte crise econômica e minimalismo do Estado no que se refere à garantia de direitos, a diminuição ou extinção de investimento em políticas públicas, a questão social<sup>22</sup> em suas expressões se tornam cada dia mais latentes, o que tem resultado numa inserção de crianças e adolescentes na instituição muito alta, pelo fato de a sociedade, familiares e órgãos públicos visualizarem no projeto uma “salvação” para esse grupo atendido.

O projeto recebe donativos de varias instituições privadas e internacionais, mais a porcentagem de verba mais alta que o Axé recebe é do Estado, pactuada através de convênios anuais, o que tem interferido no funcionamento da instituição por longos períodos, devido ao atraso no repasse de recursos, pois a folha de salário dos funcionários e transporte dos educandos /as depende dessa verba. De acordo com Pereira (s/d)

Para a formalização de acordos, existe uma série de instrumentos a serem utilizados conforme o objetivo e as características da parceria. Os mais conhecidos são: Convênio (Lei Federal nº 8.666/93); Contrato de Gestão (Lei Federal nº 9.637/98); Termo de Parceria (Lei Federal nº 9.790/99); Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Termo de Cooperação (Lei Federal nº 13.019/14). Importante destacar que os três últimos mencionados

<sup>22</sup> “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO 1998, p.27)

entrarão em vigor para os Municípios a partir de 1º de janeiro de 2017.  
(Pereira,s/d, p.1)

O projeto Axé enfrenta um problema que afeta diretamente o funcionamento do mesmo, como o corte de verbas que o Estado repassa através de convênio, mesmo assim, por muitas vezes vemos como essa instituição pode interferir no futuro da criança e adolescente. Por seguir a perspectiva Freiriana, nas atividades exercidas pelos/as Educandos/as, tenta-se incorporar a criticidade, autonomia do sujeito e, por ser uma metodologia problematizadora, muitos sabem dos seus direitos, saem com objetivos e projetos de vida, alguns até permanecem na instituição empregados, isso contribui intensamente no processo de crescimento dos/as educandos/as. Em virtude dessas questões, muitas famílias veem no Projeto Axé uma alternativa de mudança no contexto de vida da criança e/ou adolescente, até mesmo da família, pois o suporte não é somente oferecido aos/as educandos/as, mas para todos/as aqueles/las responsáveis por eles/as.

## 4. Estágio no Projeto Axé

Este capítulo é dedicado a refletir sobre o Projeto Axé, mais especificamente, compartilharemos impressões sobre o Projeto, tomando como base a experiência adquirida durante o período de estágio na instituição, momento em que pudemos conhecer a dinâmica do projeto, conhecer histórias e ouvir relatos de familiares e educandos/as, bem como acompanhar o Serviço Social em sua prática cotidiana.

### 4.1. Início do Estágio

A minha jornada na instituição se iniciou em 01 de agosto de 2016, quando assinei o contrato como Estagiária de Serviço Social, com carga horária de 20 horas semanais, 04 horas pela manhã, de segunda a sexta, já que o estágio seria remunerado e obrigatório, isto é, tanto curricular como extracurricular.

Durante o período de 01 mês conheci a instituição e o setor no qual fui alocada, a Gerência de Família, ao mesmo tempo em que adquiria aporte teórico, através da leitura de livros e cartilhas que abordavam o tema família. Depois desse período fui direcionada para a Educação de Rua por 15 dias, para assim conhecer a dinâmica de trabalho desse setor, que possui uma grande importância no Axé, pois é uma das “portas de entrada” da instituição, conforme foi mencionado no capítulo anterior deste trabalho. Após essa experiência fui deslocada para a Unidade Augusto Omolu, onde iria atuar como estagiária e, passar a conhecer com educando/as, responsáveis pelos/as educandos/as, os educadores e unidades de acolhimento da prefeitura.

### 4.2. Observação: Educandos/as do Projeto Axé

Durante o período de estágio o que mais me causou inquietação foram as histórias dos/as educandos/as que apresentavam um único viés, a violência com que convivem e, na maioria das vezes, não conseguem perceber que se encontram enredados/as nesse contexto. Essas crianças e adolescentes tiveram como interferência várias formas de violência no seu processo de desenvolvimento. *“Violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações*

*que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual (BRASIL, 2001)*”. A observação no campo de estágio revelou que esses educandos (a) sofrem os seguintes tipos de violência: 1) estrutural; 2) institucional; 3) simbólica; 4) negligência e abandono; 5) física; 6) psicológica; 7) sexual.

A violência estrutural tem atualmente como um dos exemplos ilustrativos os altos índices de mortalidade de crianças e adolescentes por causa de fatores ligados ao extermínio de adolescentes em conflito com a lei e envolvidos com o tráfico de drogas. Conforme Faleiros e Faleiros (2008),

O Brasil, um país com enormes desigualdades econômicas e sociais e historicamente classista, adultocêntrico, machista e racista, é extremamente violento com crianças e adolescentes pobres. Trata-se de uma violência cumulativa e excludente. (FALEIROS E FALEIROS, 2008, p. 32)

A violência institucional manifesta-se de várias formas e está associada às condições dos locais onde ocorre a violência, o que envolve desde instalações físicas precárias à falta de acesso aos serviços, como em instituições de saúde, escolas etc. Martinez (2008) explica:

A violência Institucional é cometida principalmente contra os grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. É aquela exercida pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da Falta de Acesso a serviços, até a Má Qualidade dos Serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições. (MARTINEZ, 2008, p. 2)

Segundo Faleiros e Faleiros (2008), a violência simbólica diz respeito ao exercício e à difusão de uma superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídia e construções sociais que são discriminatórias e excludentes. Outra dimensão da violência simbólica diz respeito ao estabelecimento de regras, crenças e valores que “obrigam o outro a consentir”, pela obediência, dominação ou servidão.

A Negligência e Abandono, por sua vez, estão relacionados à falta de responsabilidade, proteção e cuidado da criança e adolescente, a falta de valorização e reconhecimentos de direitos, um desrespeito às suas necessidades.

A Violência física ocorre na relação de poder que se traduz em marcas que ficam mais intensamente no corpo, causando lesões, ferimentos, queimaduras etc. Souza (2001) explica que:

A criança ou adolescente vítima de violência física sofre uma infância e adolescência em perigo, chegando a correr risco de vida em função das medidas disciplinares, podem apresentar desde sequelas físicas e orgânicas às sequelas permanentes como psicológicas. (SOUZA, 2001, p. 10)

A Violência psicológica vem de uma relação de poder, na qual o responsável usa de uma autoridade demasiada para com as crianças e os adolescentes, que são dominados e oprimidos por palavras e atitudes. Conforme Souza esclarece (2001):

É designada também como tortura psicológica, isto ocorre quando o adulto deprecia a criança. A violência psicológica é a forma de violência mais praticada contra crianças e adolescentes, e a mais difícil de detectar pelo seu processo subjetivo, pois não deixa marcas físicas. (SOUZA, 2001, p.12)

A Violência sexual contra crianças e adolescentes é de caráter transgressor, degradante e uma verdadeira violação de direitos: “*Violência sexual é o abuso delituoso de crianças e adolescentes, em especial de sua sexualidade, negando, inclusive, o direito das crianças e adolescentes a sua sexualidade em desenvolvimento*”. (FALEIROS E FALEIROS, 2008, p. 38).

Existem várias faces da violência sexual que são: abuso sexual, exploração sexual comercial, prostituição, pornografia, turismo sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais, exploração econômica.

As crianças e adolescentes que estão em unidades de acolhimento em sua maioria sofreram violência estrutural, uns se envolvem com o tráfico, outros contraem dívidas por causa do uso de substâncias psicoativas ilícitas ou porque cometeram algo na comunidade que vai de encontro à lei do tráfico. Dessa forma, são ameaçados e, independente do envolvimento, são obrigados a sair da comunidade e, assim, muitos ficam em situação de rua. Os que ficam nessa situação algumas vezes são abordados pela de Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza - SEMPS que faz o encaminhamento para a unidade de acolhimento, outras vezes familiares e/ou eles (as) mesmos/as procuram um órgão público, como por exemplo, o conselho tutelar para fazer esse encaminhamento. Geralmente, a maioria permanece nas unidades de acolhimento até completar a maioridade, poucos conseguem ser acolhidos em outra unidade a partir de 18 anos, porque as vagas são poucas, então, alguns tentam obter auxílio moradia pela prefeitura,

retornar ao convívio familiar ou caso os vínculos familiares tenham sido rompidos, voltam para as ruas.

Outro ponto observado é como alguns educandos têm um comportamento agressivo, muitas vezes praticavam a violência física ou psicológica entre si. Quando ocorria alguma situação assim, através da escuta desse/a educando/a e com aporte de relatórios realizados pelo Serviço Social, constatava-se que em sua maioria agem daquela forma porque sofreram um tipo de violência, então reproduzem como algo que ficou naturalizado para aquela criança e adolescente.

Por isso elaborei meu projeto de intervenção da disciplina Estágio III com um tema referente à violência, intitulado como “*Vamos falar sobre a violência: Rodas de conversa com os educandos (as) do Projeto Axé – Salvador - BA*”, tinha por objetivo realizar rodas de conversas com os/as educandos/as de 08 a 11 anos (grupo infantil) nos turnos matutino e vespertino da Unidade Augusto Omolu, colocando em pauta o tema da violência, os tipos de violência e a rede de proteção à criança e adolescente. Não foi estendido para outras turmas porque as demandas, como por exemplo, suspensões das atividades, acompanhamento familiar e disponibilidade de horário na unidade impossibilitaram a continuidade das ações.

Tem-se a convicção que essas crianças e adolescentes estão na instituição até mesmo por causa dos vários tipos de violência que sofrem nos âmbitos social e familiar, porém, também identifiquei que a instituição não coloca em pauta esse assunto, então por causa desse “vazio” decidi aplicar esse projeto.

Quanto ao percurso utilizado para aplicação do projeto, no primeiro momento, previsto para o período de maio de 2017 a junho 2017, foi realizada uma revisão do projeto para se adequar à situação atual da turma para a qual seria aplicado; no segundo momento, em julho de 2017 e início de agosto 2017, foi realizada a apresentação do projeto à supervisora do estágio, à educadora de família da Unidade, à gerente da unidade e às educadoras de referência do grupo infantil, ressaltando que a supervisora já estava ciente do projeto e contribuiu com a construção do mesmo e, no terceiro momento, em meados de agosto, finalmente foi aplicado o projeto.

A execução ocorreu nos dias 14 (vespertino) e 18 (matutino) de agosto de 2018, foi realizada uma apresentação inicial na qual deixei evidente o assunto que iria abordar naquele dia, logo após perguntei a eles/as se sabiam o que era violência e os tipos que eles conheciam, cada um respondeu da forma que entendia, após

isso mostrei imagens de alguns tipos de violência (discriminação, física e psicológica), perguntando se havia ou não um tipo de violência naquelas imagens, todos responderam em sua maioria afirmando que sim, então expliquei os tipos de violência e, comentei sobre a rede de proteção à qual eles poderiam recorrer ou sua família, agregada a essa a explicação entreguei-lhes um folder com ilustrações, telefone e endereço da rede de proteção. No dia 14 estiveram presentes 13 educandos/as e dia 18 compareceram 11 educandos/as.

Durante a execução do projeto pude comprovar o que havia observado durante o período de estágio, que realmente os/as educandos (as) desconheciam os tipos de violência, que somente consideravam a violência física. Quando eu ia explicando eles trouxeram vários exemplos do seu dia a dia na escola, no projeto e em família, buscando realmente entender o assunto abordado. Após a aplicação continuei com a observação para tentar identificar se eles tinham realmente compreendido o tema, então percebi que 90% do total apreenderam o conteúdo trabalhado e estavam aplicando na convivência diária. Pude presenciar um momento em que um educando falou para outra educanda - “isso é violência psicológica” -, após um ocorrido entre educandos na Unidade.

Esses momentos de observação me possibilitaram visualizar como as expressões da questão social são tão presentes na vida dos educandos, além da violência que é a mais significativa nesse processo de crescimento, existe também a desigualdade social. A fome também é bem presente, por muitas vezes as únicas refeições que os educandos têm é no projeto, ocorrem situações de até mesmo educandos desmaiarem porque passaram um longo período sem se alimentar, pois na residência não havia suprimentos alimentícios.

#### 4.3. Observação: Instituição x Estado

Como relatado anteriormente no capítulo 2, o Projeto Axé é uma ONG e, de acordo com o recorte social feito pela ordem neoliberal, que situa em diferentes esferas o Estado (1ºsetor), o mercado (2ºsetor) e a sociedade civil (3ºsetor), o Projeto Axé pertence ao chamado terceiro setor que é permeado por contradições. De acordo com o IPEA (2011):

Isso posto, é relevante destacar que uma das contradições que encontramos no terceiro setor são as instituições denominadas de Organizações Não-governamentais (ONGs) ou as instituições sem fins lucrativos que atendem aos ideais e conceitos neoliberais, e acabam por receber financiamento do próprio Estado ou de grandes empresas capitalistas, utilizando em suas atividades, recursos provenientes de tais setores. (IPEA, 2011, p. 3)

Durante o período de estágio observei o quanto a ONG vem perdendo aos poucos seu espaço na sociedade. Segundo Montaño (2008), a parceria do Estado com as ONGs levou as instituições a se tornarem dependentes desse vínculo, sendo assim obrigadas a se adequar às condições do Estado e/ou do capital para obtenção de recursos. Complementa Gouveia (2007)

A situação atual das ONGs, como são chamadas essas organizações sem fins lucrativos, inclui dificuldades de várias ordens, como identificar fontes de financiamento, elaborar propostas consistentes, captar recursos e gerir as organizações e seus projetos. Elas enfrentam críticas sobre o papel que ocupam na economia e na sociedade, sua relação com o governo e as empresas, seu raio de atuação. (Gouveia, 2007, p.6)

Então, o projeto Axé se tornou em sua totalidade dependente do Estado, presenciei muitos entraves entre a instituição e as posições do Estado. Dessa forma, irei ressaltar três pontos em que o Estado interfere no funcionamento da instituição.

Primeiro Ponto: Durante esse período de estágio o Projeto teve suas atividades paralisadas por diversas vezes, uma tentativa de fechamento da instituição e uma possível desistência do cargo de presidência em virtude do não repasse da verba, que interferia diretamente no pagamento do salário dos funcionários e transporte de dos/as educando/as, segundo Souza (2003) os atrasos ou descontinuidade no repasse dos recursos pelo Estado, são uns dos motivos que determinam o sucesso e duração dos convênios compactuados.

Segundo Ponto: com as constantes fiscalizações feitas pelo Estado, começaram a haver cortes de verbas, interferindo até mesmo na folha salarial, dessa forma, o contingente de funcionários teve que ser diminuído aos poucos, uns dos setores mais prejudicados foi aquele em que se encontra lotado o Serviço Social, que é a Gerência de Família, antes composto por 07 pessoas, dentre as quais 03 Assistentes Sociais e 04 estagiários e, hoje com 03 pessoas, 02 Assistentes Sociais e 01 Estagiária.

Terceiro ponto: O estado estabelece metas que cada setor do Projeto é responsável por cumprir, então, a cada trimestre é realizado um relatório informando detalhadamente cada meta cumprida, depois é enviado para a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social com a qual é estabelecido o convênio. Caso as metas não sejam cumpridas a instituição pode ter um corte de verba.

Em relação às metas, observa-se que está cada dia mais difícil cumpri-las por causa dos dois primeiros pontos mencionados, o primeiro menciona o repasse das verbas, com esse atraso as atividades são suspensas por longo período e assim as metas estipuladas para aquele mês são afetadas, porque a instituição está paralisada. No segundo ponto, relativo ao corte das verbas, resulta na diminuição dos setores, porque quando um funcionário solicita sua demissão ou é demitido não há recursos para colocar outra pessoa no lugar, deixando assim uma lacuna. Dessa forma, as metas continuam as mesmas no tocante à quantidade de atividades a serem cumpridas, porém, sem a mesma quantidade de funcionários, o que afeta tanto o cumprimento das metas quanto a qualidade das ações.

Como foi mencionado no capítulo 3, o Axé, além do convênio do Estado, o Projeto recebe também recursos internacionais, entretanto, não são verbas recebidas mensalmente conforme estabelecido no convênio com o Estado, tais recursos são pontuais e esporádicos, então, são utilizados para aquisição de materiais, suprimentos alimentícios, ou seja, para manutenção das Unidades.

Observa-se, então, que além do Projeto Axé estar assumindo a responsabilidade do Estado, a instituição também vive sob constante ameaça de haver corte de verbas e ser forçada a encerrar as atividades.

#### 4.4. Observação: Serviço Social

Ser Assistente Social em uma ONG se tornou uma área difícil para atuação, por diversos motivos, que relataremos nesse processo de observação no estágio. Nessa experiência pudemos presenciar momentos importantes para o processo de formação, experiências boas, mas também de tensionamentos. Como salienta Alencar (2009);

O processo da contrarreforma do Estado brasileiro com a transferência dos serviços sociais para o 'terceiro setor' repercute na

profissão de Serviço Social, no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências. (Alencar, 2009, p. 9)

Algo importante a salientar é sobre o Código de Ética, em muitos momentos percebemos que elas conseguem colocar em prática os princípios na sua atuação, como por exemplo,

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011, p. 23 e 24)

Outro ponto observado é o compromisso das profissionais com o Estágio e Estagiária, a todo instante, dentro do seu limite e entre os intervalos das atividades, procuravam repassar o maior conhecimento possível sobre a área na qual a estagiária estava inserida.

Mas, porque dentro do seu limite? Por causa da diminuição significativa da equipe, as demandas as quais o setor necessita responder triplicaram, ocasionando uma carga de trabalho cansativa, em que as profissionais até mesmo realizam atividades que não são da sua competência, pelo medo de perder o emprego, porque a meta a ser cumprida continuou a mesma da equipe anterior de 07 pessoas e agora são 03, conforme mencionei no item anterior, em que aponto como o Estado interfere na dinâmica de funcionamento da instituição. Completa Netto (1996);

[...] apostar nas ONGs como 'saída profissional' é desconhecer os graves riscos do pluriemprego – roda-viva em que profissionais são compelidos a várias inserções empregatícias, num processo em que a fragmentação do mercado de trabalho pode conduzir a um processo de desagregação profissional. (NETTO, 1996, p. 122).

Percebemos que a cada dia o Serviço Social da instituição se mostra extenuado diante da exigência de cumprimento das metas impostas pelo Estado,

existem momentos em que algumas atividades realizadas são totalmente impostas em função das metas, como por exemplo, é necessário realizar um número de encontros obrigatoriamente com as famílias e/ou educandos/as do Projeto, que aborde algum tema relativo ao Serviço Social, o cotidiano e/ou as Unidades da Instituição.

Diante disso, além das demandas cotidianas, as profissionais se veem “presas” ao cumprimento dessas metas, quando os prazos estão próximos a se esgotar, nota-se ansiedade e aceleração na execução das ações, pois para o Estado aquele setor só é útil se cumprir o que é estabelecido, não alcançado o objetivo a instituição sofre sanções, como relatado anteriormente, o corte de verbas.

#### 4.5. Observação: O estágio

O estágio em sua totalidade é regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2000, cabe salientar o primeiro artigo, o qual define:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio em Serviço Social consta nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996. Conforme o CFESS:

O estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulado à discussão teórico-metodológica e à utilização do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, pertinente ao campo específico da ação. (CFESS, s/d, p. 11)

O estágio é regido pela Política Nacional de Estágio – PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Sobre essa política, o CFESS explica:

Aprovada em 2009, a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS representa o resultado de uma maturação neste campo, pois consolida, no âmbito da formação profissional, as diretrizes gerais para o estágio, em conformidade com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Importante registrar o significado do acúmulo desta construção para orientações sobre a integralização da formação profissional. (CFESS, s/d, p. 14)

Almeida (2013) acrescenta que o estágio é um momento importante no processo de construção do perfil profissional do discente e, sua realização deve contribuir para a formação do mesmo, proporcionando reflexões críticas sobre os desafios e a importância do estágio. Após essa breve explicação do que seria estágio, focalizaremos na experiência de estágio no Projeto Axé.

Como inicialmente tratado nesse capítulo, ingressamos no campo de estágio desde agosto de 2016 e permaneceremos até o final de fevereiro de 2018, o que nos permite pontuar momentos que contribuíram para nosso processo de aprendizagem.

Apesar de estarmos inseridas em uma ONG que possui duras críticas, por suas contradições e posicionamentos, podemos afirmar que obtivemos uma “bagagem” de aprendizado muito rica. Por diversos momentos pudemos relacionar a teoria com a prática, seguindo o projeto ético político da profissão.

Conseguimos aprender sobre a instrumentalidade do Serviço Social, a conhecer e exercitar, por exemplo, como elaborar um relatório e realizar uma escuta. O que também possibilitou uma experiência grandiosa e contribuiu para a construção profissional, foram os acompanhamentos familiares e o contato com os/as educandos/as, nos acompanhamentos pudemos conhecer de perto a realidade de cada família, comunidade onde vive, sua história de vida e dificuldades enfrentadas pelos membros do grupo familiar. O contato com os educando/as nos possibilitou conhecer a realidade deles/as através da ótica daqueles que participavam e apesar da pouca idade, muitos tinham experiências estarrecedoras e/ou boas, que contribuíram para a formação da identidade de cada um/a. Nesse período de estágio, apesar de em muitos momentos priorizarem o imediatismo, consegui observar que as profissionais junto com as estagiárias (os) tentavam conhecer a história de cada educando/a e ir à raiz do problema, assim podendo encaminhar para a rede de proteção à qual o Projeto Axé tinha acesso, porque em muitos momentos fugia da competência da instituição tratar sobre determinados situações.

Durante esse período de estágio não somente pudemos conhecer a rede de atendimento e leis para as crianças e adolescentes, mas outras redes de atendimento e legislações, como por exemplo, das mulheres e idosos, porque se tem o conhecimento de que por ser um setor cuja atuação envolve família, juventude e comunidade, faz-se necessária a interlocução e parceria com todas as redes a que se refere o setor.

Todavia, como já relatado nesse capítulo, a interferência do Estado na dinâmica do funcionamento do Axé não interferiu apenas no trabalho das assistentes sociais, mas interferiu também no processo de estágio na instituição. Então, como qualquer outro estágio, tivemos um choque de realidade e aprendemos forçadamente a lidar com essa situação. Afinal, segundo contempla Lewgoy (2009), o Serviço Social não contém um método próprio de atuação, da realização do exercício profissional, estes dependem de variáveis, o que atinge de forma direta a realização do estágio, e o choque com essa realidade posta torna em sua maioria frustrante, desmotivador e algumas vezes decepcionante o contato do acadêmico com a realidade prática profissional.

Após a redução da equipe do setor de família, que aconteceu entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2017, a dinâmica do estágio foi alterada. Daí em diante, o grupo de 04 estagiárias /os foi reduzido para 01 estagiária, o que resultou numa sobrecarga de tarefas e nos fez confrontar, por extensão, a realidade marcada pela precarização que enfrentam as assistentes sociais da instituição.

Compreendemos que ali começaríamos a atender a dinâmica do Estado, sempre preocupadas com as metas a serem cumpridas, como por exemplo, tudo que realizávamos era alvo de cálculo, isto é, pensávamos se a atividade já poderia entrar para meta, existiam momentos que já estávamos realizando as atividades de uma forma tão repetida que por um período não conseguíamos perceber, porém, após um momento reflexivo, constatei que aquela rotina não deveria interferir no nosso processo de construção profissional.

A suspensão das atividades do Axé por causa da dificuldade financeira também influenciou no processo de estágio, por muitas vezes algumas atividades acadêmicas teriam que ser alteradas por causa dessas suspensões, como por exemplo, a aplicação do projeto de intervenção teve a data postergada várias vezes. Essa questão financeira também ocasionou acúmulo de atividades que não são atribuídas ao um estagiário de Serviço Social.

A suspensão também influenciava no retorno dos educandos, que por algum tempo permaneceram ausentes das atividades, dessa forma, o setor de família era responsável por localizá-los, pois essa diminuição poderia resultar no corte de verbas, então o trabalho redobrava para a estagiária e as Assistentes Sociais, que teriam que abandonar qualquer outra atividade que estivessem realizando, para construir e aplicar essa ação de retorno.

Compreende-se como a lógica Neoliberal atingiu consideravelmente não somente a instituição, mas o próprio processo de aprendizagem no estágio, que por muitas vezes ficou deficitário em virtude do acúmulo de funções devido à necessidade de cumprir as metas estabelecidas.

## 5. Considerações Finais

Neste trabalho foi possível discorrer sobre a história das políticas para crianças e adolescentes no Brasil, a qual perpassou o período da colônia até ao Estatuto da Criança e Adolescente, concluindo com a questão de como algumas posições atualmente podem sinalizar um retorno ao período de 1929, quando as crianças e adolescentes eram penalizadas com total descaso e “criminalização”. Conhecemos também conhecer a história das ONGs, o que é o Terceiro Setor e suas contradições.

Pudemos conhecer a história do Projeto Axé, como funciona, e sua importância na sociedade. Após essa base histórica e de conhecimento da dinâmica do Axé, foram relatadas as experiências sobre como ocorreu o processo de estágio na instituição.

Compreendemos como a lógica neoliberal conseguiu ser engendrada no Estado, em que o mercado se tornou mais importante do que as políticas públicas, dessa forma, o Estado transferindo a responsabilidade com o trato da questão social para a sociedade, que responde as demandas sob a forma de solidariedade e seletiva. Essa lógica neoliberal tem afetado diretamente o Projeto Axé, porque mesmo que o Estado não se responsabilize pelas ações realizadas, determina a gestão das verbas que são direcionadas à instituição, comprometendo seu funcionamento.

Diante disso, observamos que as políticas públicas estão fragilizadas e, se nos anos 1990 as ONGs tiveram um momento de ascensão grandioso, atualmente estão enfraquecendo pela forma com que o Estado interfere nessas instituições, mas também diante da redução de agências financeiras internacionais que garantiam com a injeção de recursos a implementação de ações.

Compreendemos também, o quanto a experiência de Estágio é enriquecedora, no processo de estágio conseguimos conhecer a instituição em que estamos inseridas, identificar as possibilidades e desafios que enfrenta, e assim produzir análises, obter conhecimentos para o presente e o futuro.

Além disso, compreendemos como o estágio em Serviço Social tem uma grande importância para o processo de graduação, torna-se mais importante quando nos ajuda a correlacionar a teoria e a prática. O Estágio em Serviço Social no Axé trouxe uma reflexão e aprendizagem para a construção profissional, mesmo com

experiências negativas em alguns momentos, como foi relatado no capítulo 4, pode-se extrair aprendizado para quando nos tornarmos uma Assistente Social.

Por fim, cabe salientar que tal estudo não se finaliza neste trabalho, podendo assim aprofundar futuramente como objeto de estudo a temática sobre o declínio das ONGs, a importância do trabalho profissional do Serviço Social em ONGs e o processo de estágio em ONGs, pois durante o período de observação e estudo sobre essa temática, percebi que há uma grande importância em conhecer e compreender essa área na qual o Serviço Social está inserido.

## 6. Referências

- ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de. **A Importância Do Estágio Supervisionado Na Formação Profissional Do Assistente Social**. 2013. Disponível em: <[http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A\\_IMPORTANCIA\\_DO\\_ESTAGIO\\_SUPERVISIONADO\\_NA\\_FORMACAO\\_PROFISSIONAL\\_DO\\_ASSISTENTE\\_SOCIAL.pdf](http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A_IMPORTANCIA_DO_ESTAGIO_SUPERVISIONADO_NA_FORMACAO_PROFISSIONAL_DO_ASSISTENTE_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 20018.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. Disponível em: <[www.cressrn.org.br/files/arquivos/4UkPUxY8i39jY49rWvNM.pdf](http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4UkPUxY8i39jY49rWvNM.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BLUME, Bruno André. **7 Argumentos A Favor E Contra A Redução Da Maioridade Penal**. 2015. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/reducao-da-maioridade-penal-argumentos/>>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- Brasil. **Lei Nº 11.788, De 25 De Setembro De 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 12 de jan.2018
- CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2017
- COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. Disponível em: <[www4.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_joana.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- CRUZ, Osafá Pereira; DOMINGUES, André Luiz. **O Significado Da Luta Pela Aprovação Do Estatuto Da Criança E Do Adolescente E A Avaliação De Sua Aplicação**. Disponível em: <[www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/andreeosafa.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/andreeosafa.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Uma visão histórica da violência contra crianças e adolescentes**. Escola Que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, n. 2, p.19-25, 2008.
- FERREIRA, Breno. **Roda dos Expostos: Primeiro programa de assistencialismo a criança 1726 - 1950**. Disponível em: <<http://almanaque.weebly.com/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- FERREIRA, Raquel Menezes. **A Intervenção do Assistente Social nos Casos de Negligência e Abuso Psicológico** em Debate 10. ed. Rio de Janeiro:, 2013. p. 39-58. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23779/23779.PDFXXvmi=slvani5hiAO6KzkMCaVsnVHDEVBRsvSWSo8gHdz1Nn8zWslAEh33eLGTiILbOF9I4hZMuzNjWWSUupfv5xA9MmPG58shx8qGdlG0efOzdLr9cHGhfhq3EhKJqd1omr6AbMAp3oZharrma8Fqp7t5ofOQtQfQjmqua2VdqUvCnx0x7G0xNuDdKs4ejk5EHw9Rz6612DDpBEZJkZh9tVmfoquJMBnt8xmHEtJG7n7J26sn6LwBHTR7ImQ8xeD6N1Orv>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas De Pesquisa Social: Entrevistas**. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 109 Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- GOUVEIA, Flávia. **ONGs enfrentam desafios e ocupam espaço da ação pública**. 2007. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000200003](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200003)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs.** Disponível em: <[repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/88583/1/2-s2.0-84888118760.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/88583/1/2-s2.0-84888118760.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2018.

Ipea. **Desafios Contemporâneos Acerca Do Terceiro Setor E Serviço Social:** entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>. Acesso em: >. Acesso em: 01 fev. 2018.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O Terceiro Setor E As Organizações Da Sociedade Civil De Interesse Público - Oscips.** 2003. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre\\_escola/banco\\_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro\\_setor.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil-14251>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MARCILIO, Maria Luzia. **A roda dos expostos e a criança abandonada na historia do Brasil 1726-1950.** In: FREITAS, Mario Cesar. *Historia Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-75

MARTINEZ, Simone Duran Toledo. **Violência Institucional:** Violação dos Direitos Humanos da Mulher. 2008. Disponível em: <[http://www.recriaprudente.org.br/site/abre\\_artigo.asp?c=16](http://www.recriaprudente.org.br/site/abre_artigo.asp?c=16)>. Acesso em: 27 julho 2017.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, C. O lugar histórico e o papel das ONGs. In: MONTAÑO, C. (org.). *O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor".* São Paulo, Cortez

NARCIZO, Rodrigo Mota. **"Educação Destinada a habilitar educandos a serem bons defensores da pátria". Objetivos e Práticas Pedagógicas da Escola Premunitória 15 de Novembro.** Disponível em: <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/196.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/196.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAES, Janiere Portela Leite. **O Código de Menores e o Estatuto da Criança e do Adolescente:** avanços e retrocessos. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-avanços-e-retrocessos>>. Acesso em: 26 nov.. 2017.

Pereira, Gustavo. **As parcerias entre o Poder Público e as entidades do Terceiro Setor.** Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/6524-parcerias-entre-poder-publico-e-entidades-terceiro-setor>. Acesso em: 12 jan. 2018

REIS, Ana Maria Bianchi dos (Org.). **Plantando Axé:** Uma proposta Pedagógica. São Paulo: Cortez, 2000. 260 p.

RIZZINI, Irene. **25 anos do ECA:** avanços e desafios. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/25-anos-do-eca-avancos-e-desafios-por-irene-rizzini-do-ciespi/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

RODRIGUES, Eliane Gomes. **Acolhendo famílias do Axé:** Experiências de trabalho com familiares de educandos do Projeto Axé. Carvalho, Juvenilda; Aziz, Vera (orgs.) *Projeto Axé - Salvador, 2010.* 60 p.

RODRIGUES, Paula. **24 anos do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA**. 2014. Disponível em: <averdade.org.br <http://averdade.org.br/2014/07/24-anos-estatuto-da-crianca-e-adolescente-eca>>. Acesso em: 11 out. 2017.

SOUZA, Marlene Rodrigues de. **Negligência Familiar Contra Crianças e Adolescentes: Uma intervenção necessária**. 2001. p. 01- 12 .Disponível em: <[http://tcc.bu.ufsc.br/TCC\\_Ssocial/2001/marlene rodrigues de souza0.PDF](http://tcc.bu.ufsc.br/TCC_Ssocial/2001/marlene_rodrigues_de_souza0.PDF)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Século XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Textos do Tempo).

Anexos





### O que é violência?

Quando se é utilizado o intencionalmente o uso da força ou o poder, para ameaçar, agredir ou privar da liberdade de uma pessoa ou um grupo, causando dessa forma algum dano psicológico ou físico.

#### Tipos de Violência

##### Violência Física



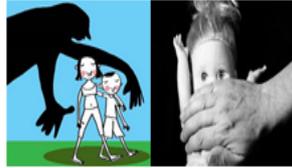
##### Violência Psicológica



##### Discriminação



### Violência Sexual



#### Como poderá se proteger?

Através da Rede de Proteção à Criança e Adolescente, que são:

Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP

Site: [www.abmp.org.br](http://www.abmp.org.br)

Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente – CAOCA

5ª Av. do CAB, Nº 750 - Centro Administrativo da Bahia CEP: 41.745-004 Salvador - BA. Telefones: (71) 3103.0100/6400

CAPS ad - Centro de Atenção Psicossocial Alcool e Outras Drogas Gregório de Matos - Faculdade de Medicina da Bahia, Largo Terreiro de Jesus, s/nº, Pelourinho. Telefona: (71) 3283.5547

CECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia - Rua Boulevard América, nº 27, Jardim Baiano - Nazaré. Telefones: (71) 3321.2194/3613

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan - Rua Gregório de Matos, nº 51, Pelourinho.

Site: <http://www.cedeca.org.br/>

CETAD - Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - Av. Pedro Lessa, nº 123, Canala. Telefones: (71) 3283.7180/81

Centros de Referência da Assistência Social – CRAS

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - Ladeira dos Afritos, nº 15, Centro.

Site: <http://www.cmdca.salvador.ba.gov.br/>

Defensoria Pública - Av. Manoel Dias da Silva, nº 831, Pituba. Telefones: (71) 3117.6936

DERCCA - Delegacia Especializada de Crimes contra a Criança e o Adolescente - Rua Pitangueiras, nº 26, Matatu de Brotas. Telefones: (71) 3116.2152/53/51

Disque 100 - Serviço nacional de denúncia de abuso e exploração contra e adolescentes

Site: <http://www.disque100.gov.br/>

Disque 156 - Serviço municipal de denúncia de crimes de racismo, preconceito e discriminação contra populações negra, indígena, quilombola, cigana e ribeirinha.

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI

SEM  
VIOLÊNCIA  
INFANTIL



BASTA DE VIOLÊNCIA !!



DOE  
SUA VOZ  
DENUNCIE A VIOLÊNCIA  
CONTRA A CRIANÇA  
E O ADOLESCENTE.

ANÉ  
BAHIA BRASIL

Gerência de Ações de Fortalecimento da Família,  
Juventude e Comunidade.

#### Responsável

Andressa Caroline Lopes Santana

(Estagiária de Serviço Social)

#### Orientação

Luana Régis

(Gerente e Assistente Social da Gerência Ações de Fortalecimento da Família, Juventude e Comunidade).

Raimunda Nêris

(Educadora e Assistente Social da Gerência Ações de Fortalecimento da Família, Juventude e Comunidade).

CONTRA A  
VIOLÊNCIA!



VAMOS  
FALAR SOBRE  
A VIOLÊNCIA!